



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

1ª VARA CIVIL DE SOCORRO DA COMARCA DE N. SRA. DO SOCORRO
Rua Dr. Manoel dos Passos, Bairro Centro, N. Sra. Do Socorro/SE, CEP 49160000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

Dados do Processo

Processo: 201988000956	Distribuição: 07/06/2019
Número Único: 0004487-17.2019.8.25.0053	Competência: 1ª Vara Cível de Socorro
Classe: Procedimento Comum	Fase: POSTULACAO
Situação: Andamento	Processo Principal: *****
Processo Origem: *****	

Assuntos

- DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO - Partes e Procuradores - Assistência Judiciária Gratuita
- DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO - Partes e Procuradores - Sucumbência - Honorários Advocatícios
- DIREITO CIVIL - Responsabilidade Civil - Seguro Obrigatório - Invalidez
- DIREITO CIVIL - Responsabilidade Civil - Indenização por Dano Moral - Ato Ilícito

Dados das Partes

Requerente: JULIO CESAR BATISTA DOS SANTOS
Endereço: RUA DAS HORTÊNCIAS
Complemento: C.J. JARDIM I
Bairro: POVOADO PALESTINA D' FORA
Cidade: NOSSA SENHORA DO SOCORRO - Estado: SE - CEP: 49160000
Advogado(a): SANDRELY LISLEY RODRIGUES DOS SANTOS 11468/SE
Requerido: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT
Endereço: Rua Senador Dantas
Complemento: (5º Andar)
Bairro: Centro
Cidade: Rio de Janeiro - Estado: RJ - CEP: 20031205



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

1ª VARA CÍVEL DE SOCORRO DA COMARCA DE N. SRA. DO SOCORRO
Rua Dr. Manoel dos Passos, Bairro Centro, N. Sra. Do Socorro/SE, CEP 49160000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

Processos Apensados:

--

Processos Dependentes:

--



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

1ª VARA CIVIL DE SOCORRO DA COMARCA DE N. SRA. DO SOCORRO
Rua Dr. Manoel dos Passos, Bairro Centro, N. Sra. Do Socorro/SE, CEP 49160000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201988000956

DATA:

07/06/2019

MOVIMENTO:

Distribuição

DESCRIÇÃO:

Registro eletrônico de Processo Judicial sob nº 201988000956, referente ao protocolo nº 20190607131802759, do dia 07/06/2019, às 13h18min, denominado Procedimento Comum, de Assistência Judiciária Gratuita, Honorários Advocatícios, Invalidez, Ato Ilícito.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim



SANDRELY LISLEY RODRIGUES DOS SANTOS

Advocacia e consultoria jurídica

**EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO
DA ____ VARA CÍVEL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO/SE.**

JÚLIO CEZAR BATISTA DOS SANTOS, brasileiro, maior, capaz, solteiro, repositores (padeiro), sem endereço eletrônico, portador do RG nº 3.206.689-9 SSP/SE, CPF nº 036.192.515-84, residente e domiciliado na Rua das Hortências, CJ. Jardim I, nº 52, Povoado Palestina D Fora, CEP- 49.160-000, Nossa Senhora do Socorro/SE, por sua advogada e procuradora *in fine*, (procuração anexa), com endereço profissional para receber notificações e intimações no rodapé da página, vem, respeitosamente a presença de Vossa Excelência, para propor:

**AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO DPVAT C/C PEDIDO DE
INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL**

em face da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita com CNPJ nº 09248608/0001-04, com endereço na Rua Senador Dantas, nº 74 - 5º Andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20.031-201, pelos fatos que a seguir expõe:

**QUANTO À AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO
(ARTIGO 319, INCISO VII DO NOVO CPC)**

01. O Requerente opta pela não realização de audiência conciliatória (artigo. 319, inciso VII do novo CPC).



SANDRELY LISLEY RODRIGUES DOS SANTOS

Advocacia e consultoria jurídica

I - DOS FATOS

02. No dia 08/04/2016, o Requerente trafegava pela BR 235, conduzindo a motocicleta de marca Honda CG 150 FAN ESDI, cor preta, placa OES 9621, quando perdeu o controle, tombou na pista e o pneu traseiro estourou, derrubando o requerente, que após o acidente sofreu fratura no pé e tornozelo esquerdo, além de ficar com ferimentos pelo corpo todo, logo após foi socorrido pelo SAMU e levado para o Hospital de Urgência de Sergipe – HUSE, conforme relato obtido no B.O em anexo.

03. No HUSE foi submetido a exames, tendo sido constatado pelos médicos que o Requerente sofreu fratura no tornozelo e pé esquerdo, conforme relatado pela Dra. Ana Luiza Pinheiro Barreto, CRM 789, conforme prontuário médico em anexo.

04. Em virtude do acidente de trânsito sofrido, o Requerente embora tenha passado por tratamento ficou com sequelas, conforme relatado pelo Dr. Masayuki Ishi, CRM 1276, que emitiu relatório médico, em anexo, onde o mesmo confirmou que em decorrência das fraturas que o Requerente sofreu no acidente de trânsito, **ficou com dano funcional em seu pé e tornozelo esquerdo.**

05. Apesar de toda a documentação e provas comprovando o acidente de trânsito e constatando as seqüelas deixadas pelo acidente, a requerida negou o pagamento da indenização, razão pela qual, não restou outra alternativa ao Requerente senão valer-se do Judiciário para resguardar os seus direitos.

II - DO DIREITO

Advocacia e consultoria jurídica

06. O seguro DPVAT - danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, instituído pela Lei 6.194/74, é um procedimento simples e sequer é preciso advogado ou terceiro para fazer sua solicitação, para o seguro ser pleiteado, basta apenas, comprovar o acidente de trânsito e os danos sofridos no acidente de trânsito, além disso, sequer é preciso comprovar a culpa dos envolvidos, entendimento do artigo 5º da Lei 6.194/74, abaixo transcrito.

"Art . 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado."

Grifamos

07. Já o artigo 7º da Lei 6.194/74 (abaixo transcrito), que estabelece as regras para o pagamento de seguro, não faz distinção entre os envolvidos no acidente, referindo-se tão somente à pessoa vitimada, o que estende seu alcance a qualquer um que tenha sofrido um acidente de trânsito.

"Art. 7º A indenização por pessoa vitimada por veículo não identificado, com seguradora não identificada, seguro não realizado ou vencido, será paga nos mesmos valores, condições e prazos dos demais casos por um consórcio constituído, obrigatoriamente, por todas as sociedades seguradoras que operem no seguro objeto desta lei."
(grifos nosso)

08. Como podemos ver, o Requerente está coberto pela lei e o seu direito a receber o seguro é cristalino, ciente disso o requerente seguiu todos os procedimentos necessários para obter o seguro, juntando toda a documentação necessária, documentos aqui também colacionados, comprovando o acidente de trânsito e os danos sofridos, porém, a requerida negou o pagamento da indenização.



SANDRELY LISLEY RODRIGUES DOS SANTOS

Advocacia e consultoria jurídica

09. Em virtude da negativa do pagamento do seguro pela requerida através da esfera administrativa, vem o requerente perante Vossa Excelência, requerer a condenação da mesma no pagamento da indenização estabelecida no art. 3º, alínea II da Lei 6.194/74, **no valor de R\$ 6.750,00 (seis mil setecentos e cinquenta reais) referente a perda funcional do seu pé esquerdo e no valor de R\$ 3.375,00 (Três mil trezentos e setenta e cinco reais) relativo a perda funcional do seu tornozelo esquerdo**, seguindo os parâmetros determinados na tabela anexada pela Lei nº 11.945, de 2009, que estabelece valores para cada membro lesionado, porém, no improvável hipótese de Vossa Excelência entender que a limitação do requerente não é aquela apontada no relatório médico aqui colacionado, deve a requerida ser condenada a pagar a indenização no percentual e valor corresponde aos danos sofridos que forem detectados.

“Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

(...)

II – até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) – no caso de invalidez permanente;

III – até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) – como reembolso à vítima – no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.” (grifos nossos)

ANEXO

(Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009).

(Produção de efeitos).

(art. 3º da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974)

Danos Corporais Totais	Percentual
Repercussão na Íntegra do Patrimônio Físico	da Perda
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	
Perda anatômica e/ou funcional completa de	



SANDRELY LISLEY RODRIGUES DOS SANTOS

Advocacia e consultoria jurídica

ambas as mãos ou de ambos os pés	100
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior	
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral	
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental	
alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre	
deslocamento corporal; © perda completa do controle esfinteriano; (d)	
comprometimento de função vital ou autonômica	
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	Percentuais das Perdas
Danos Corporais Segmentares (Parciais) Repercussões em Partes de Membros Superiores e Inferiores	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores	70
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	50
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo Polegar Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo	25
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da Mão	10
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé	
Danos Corporais Segmentares (Parciais) Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais	Percentuais das Perdas
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou	50



SANDRELY LISLEY RODRIGUES DOS SANTOS

Advocacia e consultoria jurídica

da visão de um olho	
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral	25
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço	10

III - DA MULTA PELO NÃO PAGAMENTO DO SEGURO SEGUINDO A RESOLUÇÃO RESOLUÇÃO CNSP Nº 14/95

10. A resolução CNPS nº 14/95 elaborada pela SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS – SUSEP e o CONSELHO NACIONAL DE SEGUROS PRIVADOS - CNSP, criaram algumas penalidade para as segurados que não cumprissem as normas que regulam o contrato de seguro.

11. Tal resolução trás a seguinte redação em seu artigo 10, II:

Art. 10 – Sem prejuízo de outras penalidades previstas na legislação específica, serão aplicadas às sociedades seguradoras que infringirem disposições da Lei nº 6.194, de 19.12.74, e Lei nº 8.441, de 13.07.92, e das respectivas normas regulamentares, as seguintes penalidades:

(...)

II – multa no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), nos casos do não pagamento de indenização do seguro DPVAT, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da apresentação da documentação legalmente exigível.

Grifamos

12. É necessário esclarecer, que embora o referido prazo tenha sido prorrogado para 30 dias, pelo 5º, § 1º da Lei 6.194/74, o Requerente quando fez o pedido de forma administrativa, juntou toda a documentação exigida em lei e mesmo assim o seu pedido foi indeferido.

13. Sendo assim, o Requerente quando fez o pedido de forma administrativa, juntou toda a documentação exigida em lei, mesmo assim,

teve o seu pedido de indenização negado, diante disso, precisou procurar o poder judiciário.

14. Como vemos nos documentos juntados aos autos, eram suficiente para comprovar o acidente de trânsito sofrido e as sequelas deixadas por ele, ainda assim foi negado o seu pedido de indenização, mesmo quando basta-se comprovar o acidente e as sequelas deixadas por ele para ter direito a receber a indenização, como determina o artigo 5º da Lei 6.194/74, abaixo transcrito.

“Art . 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.”

Grifamos

IV O DANO MORAL

15. O Requerente, através de ato praticado pela Requerida, teve negado o seu pedido de indenização, em virtude do acidente de trânsito sofrido, embora o benefício esteja disciplinado em lei própria e o Requerente tenha preenchido os requisitos para ter acesso a indenização, a Requerida negou o seu pedido de pagamento.

16. Tal ato praticado pela Requerida prejudicou muito o Requerente e sua família, que ficaram sem acesso a uma renda que os ajudariam no custeio de seu tratamento médico, o novo Código Civil nos seus artigos 186, 187 e 927, abaixo transcritos, são bem claros acerca da responsabilidade de quem comete ato ilícito que viola direito e causa dano a outrem.

“Art. 186. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.

Art. 187. Também comete ato ilícito o titular de um direito que, ao exercê-lo, excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico ou social, pela boa-fé ou pelos bons costumes.

(...)

Advocacia e consultoria jurídica

Art. 927. *Aquele que, por ato ilícito ([arts. 186 e 187](#)), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo.*

Parágrafo único. Haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem."

17. O Requerente, em virtude da negativa de seu pedido ficou muito frustrado, além de ter sido vítima do acidente, sofreu e sofre com as seqüelas deixadas pelo acidente, que o limitou permanentemente, ainda assim, teve negado seu direito, mesmo juntando todas as provas necessárias para o seu provimento, essa negativa deixou o Requerente abalado, com a sensação que as leis no país não são cumpridas e se sentiu abandonado, sentimento que repercutiu no seu íntimo.

18. Vale ressaltar que, ao não possibilitar que o Requerente tivesse acesso ao valor devido da indenização, houve agressão a esse direito e prejuízo direto a pessoa que foi privada dele, além de impedir que este pudesse usar o dinheiro da indenização no seu tratamento médico, inclusive, é esse o entendimento mais recente nos nossos tribunais para deferir o dano moral como vemos no julgado abaixo transcrito:

*"EMENTA APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA - SEGURO DPVAT - DECISÃO QUE JULGOU PARCIALMENTE PROCEDENTE A AÇÃO - IRRESIGNAÇÃO - RETIFICAÇÃO DE ERRO MATERIAL CONSTANTE NO DECISUM OBJURGADO - MÉRITO - AUSÊNCIA DE PAGAMENTO DO SEGURO - EXISTÊNCIA DE DANOS FÍSICOS AO AUTOR DECORRENTES DO ACIDENTE SOFRIDO - CANCELAMENTO DO SINISTRO PELA SEGURADORA - CONSTRANGIMENTO - IMPOSSIBILIDADE DE UTILIZAÇÃO DO VALOR DO SEGURO NO TRATAMENTO MÉDICO A QUE FORA SUBMETIDO O DEMANDANTE - OCORRÊNCIA DE DANO MORAL - MANUTENÇÃO DO ÔNUS SUCUMBENCIAL - MAJORAÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO." ACÓRDÃO: 2019541, RECURSO: *Apelação Cível. PROCESSO: 201800734169 Relator: OSÓRIO DE ARAÚJO RAMOS FILHO, APELANTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT S/A, APELADO: SANDRO SANTOS RIBEIRO. (Grifamos)**

19. Ademais, frisa-se que A SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP e o CONSELHO NACIONAL DE SEGUROS PRIVADOS -



SANDRELY LISLEY RODRIGUES DOS SANTOS

Advocacia e consultoria jurídica

CNSP criaram a resolução CNPS nº 14/95, que em seu artigo 10, II, determinou o pagamento de multa, caso a indenização não seja paga em 15 dias, isso para que o acidentado possa usar deste dinheiro em sua recuperação, logo a indenização seria imprescindível para que o Requerente pudesse tratar dos problemas de saúde e como não recebeu o valor devido, ficou mais difícil fazer o seu tratamento de saúde, por conta do ato ilícito da Requerida o ator passou por sérios transtornos.

"Art. 10 – Sem prejuízo de outras penalidades previstas na legislação específica, serão aplicadas às sociedades seguradoras que infringirem disposições da Lei nº 6.194, de 19.12.74, e Lei nº 8.441, de 13.07.92, e das respectivas normas regulamentares, as seguintes penalidades:

(...)

II – multa no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), nos casos do não pagamento de indenização do seguro DPVAT, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da apresentação da documentação legalmente exigível."

Grifamos

20. Diante do exposto, em virtude de tudo que foi exposto, requer que a Requerida seja condenada a pagar ao Requerente indenização por danos morais em valor a ser arbitrado por este juízo, porém, em valor não inferior a R\$10.000,00 (dez mil reais), considerando-se as consequências dos acontecimentos, assim como as condições econômicas da Requerida.

21. Frise-se que, valor menor não ira reparar a ofensa moral sofrida, muito menos vai dissuadir a Ré de tomar as cautelas necessárias, para evitar que cometa novamente atos ilícitos, além de que, o valor é compatível com porte econômico da Requerida e não lhe trará nenhuma dificuldade econômica.

V – DOS PEDIDOS

Diante do acima exposto, o Autor requer a Vossa Excelência:

a) a citação VIA POSTAL da Requerida, no endereço indicado na qualificação, para responder aos termos da presente ação, sob os efeitos da revelia e pena de confissão sobre a matéria fática, com as cominações legais;

b) Que seja a presente demanda julgada antecipadamente, nos moldes previsto pelo Art. 355, inciso I do Código de Processo Civil.

c) Que seja a requerida condenada a pagar ao requerente a indenização devida, em virtude do acidente de trânsito narrado acima, **no valor**



SANDRELY LISLEY RODRIGUES DOS SANTOS

Advocacia e consultoria jurídica

de R\$ 6.750,00 (seis mil setecentos e cinquenta reais) referente a perda funcional do seu pé esquerdo e no valor de R\$ 3.375,00 (Três mil trezentos e setenta e cinco reais) relativo a perda funcional do seu tornozelo esquerdo, respeitando os valores fixados no art. 3º, alínea II, na Lei 6.194/74 e na improvável hipótese de Vossa Excelência entender que a limitação da requerente não é aquela apontada, que seja a requerida condenada a pagar ao Requerente indenização no percentual corresponde ao dano causado em seu membro/estrutura/órgão lesionado aferido por qualquer meio de prova produzida nos autos, observando a súmula 474 do STJ e os parâmetros estabelecidos em lei, acrescido de atualização monetária e juros à taxa legal, computada a partir do evento danoso (Súmula 54 STJ) e artigo 5º, § 7º da Lei 6.194/74;

d) Caso seja reconhecido o direito do Requerente de receber a indenização pelo acidente de trânsito sofrido, requer que a Requerida seja condenada a pagar ao requerente a multa prevista na resolução CNPS nº 14/95, artigo 10, II, em virtude da indenização não ter sido paga em 15 dias, no valor de R\$6.000,00 (seis mil reais);

e) Que seja julgada procedente a demanda para: condenar a requerida em danos morais no montante estimado em R\$ 10.000,00 (dez mil reais), considerando-se as conseqüências dos acontecimentos, acrescido de atualização monetária e juros à taxa legal computada a partir do evento danoso (Súmula 54 STJ).

f) Requer a condenação em custas processuais, honorários advocatícios e sucumbenciais, sendo estes no montante de 20% sobre o valor da condenação, consoante o artigo 85 do CPC, ressaltando o valor de 1 (um) salário mínimo, em vigência na data da sentença, caso o percentual outrora citado não atinja 1 (um) salário mínimo.

REQUER a inversão do ônus probatório, conforme prevê o Código de Defesa do Consumidor, no entanto, protesta provar o alegado por todos os meios de prova admitidos em direito, especialmente pela produção de prova documental, testemunhal (cujo rol declinará oportunamente), depoimentos pessoais, sob pena de confissão, valendo-se o Requerente também das demais provas que se fizerem necessárias no decorrer da instrução processual.

Requer, ainda, a gratuidade judiciária, por ser pessoa de baixa renda, não tendo condições de arcar com as custas e despesas processuais sem prejuízo do sustento próprio.

O requerente vem informar que não tem interesse na realização de audiência de conciliação, dispensado sua realização desde já.



SANDRELY LISLEY RODRIGUES DOS SANTOS

Advocacia e consultoria jurídica

O valor da causa é R\$26.125,00 (vinte e seis mil cento e vinte e cinco reais)

Nestes Termos,
Pede Deferimento.

Aracaju/SE, 07 de junho de 2019.

SANDRELY LISLEY RODRIGUES DOS SANTOS

OAB/SE 11.468

SRS

SANDRELY LISLEY RODRIGUES DOS SANTOS

Advocacia e consultoria jurídica

PROCURAÇÃO

Outorgante: Julio Cesar Batista dos Santos, maior, capaz, solteiro, repórter (jornalista), sem endereço eletrônico, RG n.º 3.689.689-9, CPF n.º 036.192.515-84, residente e domiciliado na Rua das Hortências, 21, Jardim I, n.º 52, Jor. Palestina D. Fora, CEP: 49.160-000, Nossa Senhora do Socorro/SE.

Outorgados: SANDRELY LISLEY RODRIGUES DOS SANTOS, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/SE n.º 11.468, email: sandrely_direito@hotmail.com e ELTON SOARES DIAS, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/SE sob o n.º 10.289, email: eltonsdadv@gmail.com, com endereço profissional na rua Urquiza Leal, n.º 88, bairro Salgado Filho, Aracaju/SE.

Poderes: por este instrumento particular de procuração, constituo como procurador o outorgado, concedendo-lhes os poderes da cláusula "ad judicium" e "ad judicium et extra", para o foro em geral, e especialmente para propor AÇÃO CÍVEL em face da SEGURADORA LÍDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A., podendo portanto, promover quaisquer medidas judiciais ou administrativas, em qualquer instância, assinar termo, substabelecer com ou sem reserva de poderes, e praticar ainda, todos e quaisquer atos necessários e convenientes ao bom e fiel desempenho deste mandato.

Poderes Específicos: A presente procuração outorga ao Advogado acima descrito, os poderes para receber citação, confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, conciliar, desistir, renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação, firmar compromisso, pedir justiça gratuita e assinar declaração de hipossuficiência econômica, receber dinheiro ou valores ou bens, passar recibos e dar quitação, requerer adjudicação de bens, oferecer plano de partilha de bens, receber partilha de bens, assinar e receber formais de partilha e alvarás, enfim, representar os interesses e direito do Outorgante.

Os poderes acima outorgados poderão ser substabelecidos com ou sem reserva de iguais poderes.

Nossa Senhora do Socorro/SE, 03 de Junho 2019.

x Julio Cesar B. dos Santos
Outorgante

SRS

SANDRELY LISLEY RODRIGUES DOS SANTOS

Advocacia e consultoria jurídica

DECLARAÇÃO

Declaro sob as penas da Lei, que sou pessoa pobre na forma da Lei 1.060/50, não tendo condições de pagar as custas e eventuais despesas do presente processo sem prejuízo do meu sustento próprio e de minha família.

Nossa Senhora do Socorro/SE, 03 de junho de 2019.

x Julio Cesar B. dos Santos

Rua Urquiza Leal, nº 88, Bairro Salgado Filho, CEP 49020-490, Aracaju/SE

Fone: (79) 98113-1643

E-mail: sandrely_direito@hotmail.com

06 DEZ 2018

06 DEZ 2018
F50K602008

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
REGISTRO GERAL 3.206.689-9 2.VIA DATA DE EXPEDIÇÃO 20/10/2008


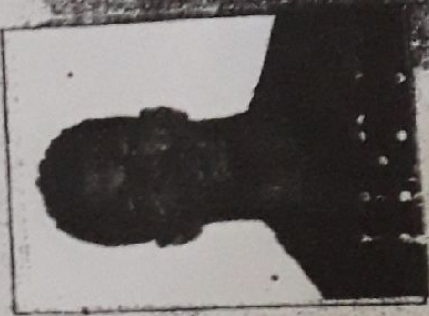
NOME JULIO CEZAR BATISTA DOS SANTOS AG 02052-4
FILIAÇÃO EDGAR CONCEIÇÃO DOS SANTOS 0022667-P
MÁRIA JOSE PEREIRA BATISTA
NATURALIDADE BANGALU-GE DATA DE NASCIMENTO 30/12/1987
DOC. CIVIL CT. WACIM. NR. 6520519-00 PL. 90
CNPJ 000.000.000-00
CPF 034.002.515-00
PIS / PASEP

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
COORDENADORIA GERAL DE PERÍCIAS
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DR. CARLOS MENÉZES

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
COORDENADORIA GERAL DE PERÍCIAS
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DR. CARLOS MENÉZES

POLEGAR DIREITO

Julio Cesar Batista dos Santos



**DESO**

COMPANHIA DE SANEAMENTO DE SÃO PAULO

DESO: Rua Cangaíba nº 201, 10 de julho, Aricanduva, 02020-000
CNPJ: 07.093.878/0001-90 - INSC. EST. SP: 07.093.878-0

FATURA MENSA

Valor
500,703,0008 DEZ 2008
15 192 200Nome do Cliente
EDGAR CONCEICAO DOS SANTOS
CPF: ***.***.***-**Endereço:
RUA DAS HORTENCIAS-CJ JARD 1. 52. POV PALESTINA D FORA, 49160-000

Identificação da Fatura	Data da Fatura	Medição	Consumo - Escalante
037002/00259	06/06/2018	A124003480	RES: 1

Leit. Anterior	556
Leit. Atual	560
Consumo Faturado (m³)	16
Média de consumo (m³)	0
Ocorrência da leitura	
Data da Leit. Anterior	07/05/18
Dias de Consumo	30
Média diária (m³)	0,16
Previsão para Próx. Leit.	06/07/18

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Serviços	Valor
AQUA	35,64
ESGOTO	0,00
040 PARCELAMENTO DE CONTAS	24,21
044 JUROS SOBRE PARCELAMENTO	5,47

06/2018	VENCIMENTO: 17/06/2018	TOTAL A PAGAR R\$ 65,32
---------	------------------------	-------------------------

FELIZ FESTAS JUNINAS!

A falta de pagamento dessa fatura 30 (trinta) dias após seu vencimento implicará na interrupção do fornecimento de serviços - art 91.
Decreto Lei nº 27.585/2010.

CANAL DE ATENDIMENTO: 0800 079 6195 - SAC: 4020-6195
AGÊNCIA VIRTUAL: www.deso-sp.com.br/agenciavirtual

Qualidade da Água Distribuída (Decreto Federal nº 5.440/2005 - Art. 5º inciso I)

Parâmetro	Turbidez	Cor	Cloro	Fluor	Coliformes Totais	Bactérias Col
Nº Médio de Amostras Exigidas	162	29	162	0	162	
Nº de Amostras Analisadas	144	144	144	0	144	144
2º Índice de Qualidade em Conformidade com Potável (L.F. nº 116)	142	143	141	0	141	142

Elaboração: Div. Engenharia de Saneamento, São Paulo, 2008.
Fonte: Relatório de Qualidade

PIS ativo 2039696620

TRABALHADOR

Esta é a sua Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS, documento obrigatório para o exercício de qualquer emprego ou atividade profissional.

Nela deverão ser registrados todos os dados do Contrato de Trabalho, elementos básicos para o reconhecimento dos seus direitos perante a Justiça do Trabalho, bem como para a obtenção da aposentadoria e demais benefícios previdenciários, garantindo, ainda, sua habilitação ao seguro desemprego e ao Fundo de Garantia do tempo de serviço - FGTS.

O conjunto de anotações contido neste documento e o seu estado de conservação, espelham a conduta, a qualificação e as atividades profissionais do seu portador.

Pela sua importância, é seu dever protegê-la e cuidá-la, pois além de conter o registro de sua vida profissional e a garantia da preservação e validade de seus direitos como trabalhador e cidadão, contribui para assegurar o seu futuro e o de seus dependentes, tendo validade, também, como documento de identificação.

CONFECCIONADA COM RECURSOS DO
FAT - FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR.

ESTA CARTEIRA CONTÉM 50 PÁGINAS NUMERADAS



MINISTÉRIO DO TRABALHO

SECRETARIA DE POLÍTICAS DE EMPREGO E SALÁRIO

CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

PIS/PASEP

128.92203.76-9

NÚMERO

7517288

SÉRIE

001-0

UF

SE

Julio Cesar Batista dos Santos

ASSINATURA DO TITULAR



POLEGAR DIREITO



NOME JULIO CEZAR BATISTA DOS SANTOS

LOC. DE NASC.: ARACAJU - SE

31/12/1987
NASCIMENTO

FILIAÇÃO: EDGAR CONCEIÇÃO DOS SANTOS
MARIA JOSE PEREIRA BATISTA

DOC. APRESENTADO

69.263 31/01/2005 169 ARACAJU

ESTADO CIVIL: SOLTEIRO

LEI Nº 9.049, DE 18 DE MAIO DE 1995.

CPF: 036.192.515-84

LOCAL DA EMISSÃO: DRT/SE
EMISSÃO: 27/09/2005

Amendes Corrêa Neves

ASSINATURA DO EMISSOR

BRASILEIRO

QUALIFICAÇÃO CIVIL

02

ALTERAÇÃO DE IDENTIDADE

03

FILIAÇÃO

DATA DE NASC. DE

PARA

DOCUMENTO

ASSINATURA E CARIMBO DO SERVIDOR

NOME

DOCUMENTO

ASSINATURA E CARIMBO DO SERVIDOR

NOME

DOCUMENTO

ASSINATURA E CARIMBO DO SERVIDOR

NOME

DOCUMENTO

ASSINATURA E CARIMBO DO SERVIDOR

LEGENDA

A - CASAMENTO C - DIVÓRCIO E - RECONHECIMENTO DE PATERNIDADE G - DATA DE NASCIMENTO
B - SEPARAÇÃO D - ADOÇÃO F - MUDANÇA VOLUNTÁRIA

08 DEZ 2018

000002853331

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES

DETRAN - SE

Nº 012356143949

CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO

VIA 1 COD. RENAVAM 0089621 R.N.T.R.C. 000000000000 EXERCÍCIO 2018

NOME

ANDREIA DA SILVA RA - 211-23

CPF / CNPJ

PLACA

0089621-00 0E89621

PLACA ANT / UP

CHASSI

0E89621/SE 90441430850128

ESPÉCIE TIPO

COMBUSTÍVEL

FAB/MOTOCICLOTA 125 ALCO/GASOL

MARCA / MODELO

ANO FAB.

ANO MOD.

HONDA/CG150 FAN BSDL 2014 2014

CAP / POT / CIL

CATEGORIA

COR PREDOMINANTE

250CV/14900 PARTIC PRETA

COTA ÚNICA

VENC. COTA ÚNICA

VENC / COTAS

IPVA PAGO 1º 2º 3º
FAIXA I.P.V.A. PARCELAMENTO / COTAS

PRÊMIO TARIFÁRIO (R\$)

IOF (R\$)

PRÊMIO TOTAL (R\$)

DATA DE PAGAMENTO

SEGURO PAGO REF. AO EXERCÍCIO 2018

OBSERVAÇÕES

LOCAL

DATA

NOSSA SENHORA DO SOCORRO - 25/02/2018

EXPEDIDOR

DETRAN

CONTRAN



RELATÓRIO MÉDICO

NOME DO PACIENTE:

DATA DA ENTRADA:

DATA DA SAÍDA:

Julio Cesar Batista dos Santos
05/07/2016
08/07/2016

INTERNAMENTO:

PS ()

ENFERMARIA ()

UTI ()

HISTÓRICO CLÍNICO:

Paciente internado de fundo de útero,
trazido pelo protocolo, apresentando sus-
tento de parto em Tórax e pé-
lo. Rx mostra presença de
colocação total de prótese e em
conformidade as anotações de origem
de.

HISTÓRICO CIRÚRGICO:

EXAMES COMPLEMENTARES:

Rx tórax AP
Rx pé e Tórax G AP e Oblíquo.

MÉDICOS ASSISTENTES:

D. Joel Ferreira Alves
D. Tatiane Machado

CONDIÇÕES DE ALTA: MELHORADO (X) TRANSFERIDO () ÓBITO ()

ARACAJU, 18 de julho de 2016

Dr. Luiz P. Barreto

MÉDICO DO SETOR DE ANÁLISE DE PRONTUÁRIO

Obs.: Dados obtidos mediante análise do prontuário, sem ter contato profissional com o paciente, isto é, a responsabilidade do atendimento cabe aos médicos que o assistiram.

Dr. Luiz Pinheiro Barreto
Especialista em UTI
CPF 012.478.555-53 CRM 189

Rx

EXAME DE RADIOLOGIA - HUSC
REALIZADO EM 08/04/16
AS 08:30 HORAS
TÉCNICO EM RADIOLOGIA

08.04.16 - Pels Opening

bis pa se eval si e mai scurta mult...

lost -
found in 15. plm / about 100

from the April 1st + 10th 1898
a page a new one

re: 11/11/11 - further at university
re: 11/11/11 - further at university

(c) p. 1 = B₀1, Gas —

[illegible]

João Ferreira Alves
Ortopedia e Traumatologia
CRM-SE 2.486 SBOT 10.634

• 08/02/16. Line graph

Rede in indische Cereale

sub

Alk. angust.

Soares de Q. Lima
Medico
CRM/SE 4382

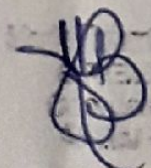
RELATÓRIO 0628 / 2016 REFERENTE À OCORRÊNCIA

NÚMERO: 1604080083 / SR – SAMU

O **SAMU 192 SERGIPE** foi acionado às **06h15min** do dia **08 de Abril de 2016**, para atendimento de vítima identificada como **Júlio Cezar Batista**, com relato de **acidente motociclístico**, no município de Aracaju.

A equipe da **Unidade de Suporte Básico – Aracaju**, removeu a vítima para **Hospital de Urgência de Sergipe - HUSE** no município de Aracaju, onde deixou o paciente aos cuidados da equipe.

Aracaju, 25 de Abril de 2016



Maria Roberta Santana Barreto
CRM - 14004
Especialista em Medicina
SAMU - 192 Sergipe

Maria Roberta Santana Barreto

Coordenadora Médica

SAMU 192 SERGIPE

**CORPO CLÍNICO
PRONTOCLÍNICA ORTOPÉDICA**

Dr. Alisson Luis Lima Rodrigues
(CRM 3189)
Ortopedia Geral / Cirurgia do Quadril

Dr. Antônio Franco Cabral
(CRM 880)
Ortopedia Geral / Traumatologia / Cirurgia

Dr. Artêmio Rocha Melo
(CRM 2232)
Ortopedia Geral / Cirurgia do Joelho

Dr. Daniel Bispo de Andrade
(CRM 1295)
Medicina Desportiva / Ortopédias Fraturas

Dr. Denis Cabral Duarte
(CRM 4163)
Ortopedia Geral / Cirurgia do Ombro e Cotovelo

Dr. João Bourbon Albuquerque II
(CRM 4224)
Ortopedia Geral / Traumatologia / Cirurgia
do Joelho

Dr. Kleber César Siqueira Santana
(CRM 2213)
Ortopedia Geral / Ortopedia Pediátrica

Dr. Kleberton César Siqueira Santana
(CRM 2481)
Ortopedia Geral / Alongamento e Reconstrução
Óssea

Dr. Lécio dos Anjos Bourbon
(CRM 713)
Ortopedia / Traumatologia / Cirurgia do Joelho

Dr. Leonardo Guedes de Oliveira
(CRM 2091)
Ortopedia Geral / Alongamento e Reconstrução
Óssea

Dr. Luciano Oliveira Júnior
(CRM 3191)
Ortopedia Geral / Cirurgia do Joelho

Dr. Marluco Andrade
(CRM 804)
Ortopedia Geral / Cirurgia do Tornozelo e Pé

Dr. Marcos Masayuki Ishi
(CRM 2776)
Ortopedia Geral / Cirurgia da Coluna
Clínica e Dor

Dr. Márcio Moura Rocha
(CRM 3592)
Traumatologia / Cirurgia do Joelho, Tornozelo
e Pé

Dr. Masayuki Ishi
(CRM 1276)
Ortopedia Geral / Cirurgia do Joelho / Vídeo
Artroscopia / Acupuntura

Dr. Max Franco de Carvalho
(CRM 2430)
Ortopedia / Traumatologia / Cirurgia Coluna

Dr. Michael Silveira Santiago
(CRM 2598)
Ortopedia Geral / Cirurgia do Quadril

Dr. Paulo Cândido de Lima Júnior
(CRM 3726)
Ortopedia Geral / Cirurgia da Coluna

Dr. Sérgio Cabral de Melo
(CRM 3385)
Ortopedia Geral / Cirurgia do Ombro e Cotovelo

Dr. Sylvio Maurício Mendonça Cardoso
(CRM 1277)
Ortopedia Geral / Medicina Desportiva
Cirurgia do Joelho / Vídeo Artroscopia

Dr. Walter Gomes Pinheiro Júnior
(CRM 3036)
Cirurgia da Mão e Membros Superiores

17 OUT 2018



**PRONTOCLÍNICA
ORTOPÉDICA**

Relatório Médico

O Sr. Júlio César Batista dos Santos, 30 anos de idade, relatou uma motocicleta em 8/4/2016, quando estourou um pneu e caiu no meio da rodovia.

Socorrido pelo SAMU, e conduzido ao HUSE, foram diagnosticados:

(a) Escoriações e ferimentos superficiais no pé e tornozelo.

(b) Contusão grave do pé e tornozelo e fratura

Após curativos, foi imobilizado em tala gessada, depois substituído

Av. Gonçalo Prado Rollemberg, 460 - Tel.: (79) 3205-6550 / 99612-5418

CNPJ: 16.213.001/0001-54 - CEP: 49015-230 - Aracaju/SE

www.prontoclinicaortopedica.com.br | prontoclinicaortopedica@gmail.com

**CORPO CLÍNICO
PRONTOCLÍNICA ORTOPÉDICA**

Dr. Alisson Luis Lima Rodrigues
(CRM 3189)
Ortopedia Geral / Cirurgia do Quadril

Dr. Antônio Franco Cabral
(CRM 880)
Ortopedia Geral / Traumatologia / Cirurgia

Dr. Artêmio Rocha Melo
(CRM 2232)
Ortopedia Geral / Cirurgia do Joelho

Dr. Daniel Bispo de Andrade
(CRM 1295)
Medicina Desportiva / Ortopedias Fraturas

Dr. Denis Cabral Duarte
(CRM 4163)
Ortopedia Geral / Cirurgia do Ombro e Cotovelo

Dr. João Bourbon Albuquerque II
(CRM 4224)
Ortopedia Geral / Traumatologia / Cirurgia do Joelho

Dr. Kleber César Siqueira Santana
(CRM 2213)
Ortopedia Geral / Ortopedia Pediátrica

Dr. Kleberton César Siqueira Santana
(CRM 2481)
Ortopedia Geral / Alongamento e Reconstrução Óssea

Dr. Lécio dos Anjos Bourbon
(CRM 713)
Ortopedia / Traumatologia / Cirurgia do Joelho

Dr. Leonardo Guedes de Oliveira
(CRM 2091)
Ortopedia Geral / Alongamento e Reconstrução Óssea

Dr. Luciano Oliveira Júnior
(CRM 3191)
Ortopedia Geral / Cirurgia do Joelho

Dr. Marluce Andrade
(CRM 804)
Ortopedia Geral / Cirurgia do Tornozelo e Pé

Dr. Marcos Masayuki Ishi
(CRM 2776)
Ortopedia Geral / Cirurgia da Coluna Clínica e Dor

Dr. Márcio Moura Rocha
(CRM 3592)
Traumatologia / Cirurgia do Joelho, Tornozelo e Pé

Dr. Masayuki Ishi
(CRM 1276)
Ortopedia Geral / Cirurgia do Joelho / Vídeo Artroscopia / Acupuntura

Dr. Max Franco de Carvalho
(CRM 2430)
Ortopedia / Traumatologia / Cirurgia Coluna

Dr. Michael Silveira Santiago
(CRM 2598)
Ortopedia Geral / Cirurgia do Quadril

Dr. Paulo Cândido de Lima Júnior
(CRM 3726)
Ortopedia Geral / Cirurgia da Coluna

Dr. Sérgio Cabral de Melo
(CRM 3385)
Ortopedia Geral / Cirurgia do Ombro e Cotovelo

Dr. Sylvio Maurício Mendonça Cardoso
(CRM 1277)
Ortopedia Geral / Medicina Desportiva Cirurgia do Joelho / Vídeo Artroscopia

Dr. Walter Gomes Pinheiro Júnior
(CRM 3036)
Cirurgia da Mão e Membros Superiores

17 OUT 2018



**PRONTOCLÍNICA
ORTOPÉDICA**

por Robo Foot por 2m.
Apesar do bom tratamento
to, ficaram sequelas abaixo citados:

- ① Edema residual do pé E.
- ② Dificuldade p/ usar calçados fechados, correr e montar esportes.
- ③ Cicatriz dolorosa no tendão de Aquilles E.

Aracaju, 17/10/2018

Dr. Masayuki Ishi
Ortopedia e Traumatologia
CRM-SE 1276

Av. Gonçalo Prado Rollemberg, 460 - Tel.: (79) 3205-6550 / 99612-5418
CNPJ: 16.213.001/0001-54 - CEP: 49015-230 - Aracaju/SE
www.prontoclinicaortopedica.com.br | prontoclinicaortopedica@gmail.com



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
Sistema de Informações Operacionais
BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO

06 DEZ 2018

15 AGO 2018

OCORRÊNCIA: 83454539
Comunicação: C2001952
* STATUS DA OCORRÊNCIA: Encerrada

DADOS GERAIS DA OCORRÊNCIA

PRF: 1540037 - MARCIO EVERSON TAVARES DE MELO Data/Hora do Acidente (hora local): 08/04/2016 07:00 BR: 235 KM: 3,2
Município/UF: ARACAJU/SE Tipo de Acidente: Queda de motocicleta / bicicleta / Sentido da Via: Decrescente
Fase do dia: Pleno dia Condições da Pista: Seca Restrições de Visibilidade: Inexistente
Sinalização existente: Vertical Horizontal Sinalização luminosa: Não funciona Condição meteorológica: Nublado
Houve danos ao patrimônio da União? Não
Houve solicitação de perícia? Não Data e horário da solicitação:
A perícia compareceu ao local do sinistro? Não Data e horário do

DESCRIÇÃO DOS DANOS AO PATRIMÔNIO DA UNIÃO:

Houve danos ao patrimônio de terceiros? Não

DESCRIÇÃO DOS DANOS AO PATRIMÔNIO DE TERCEIROS:

Houve danos ao ambiente? Não

DESCRIÇÃO DOS DANOS AO AMBIENTE:

CONDIÇÃO DA RODOVIA

Uso do Solo: Rural Tipo de Localidade: Comercial
Existe acostamento? Sim Estado de Conservação: Ruim Há desnível? Sim É pavimentado? Sim Largura (m): 2,3
Possui defesa? Não existe Possui meio-fio? Danificada(o) Possui sarjeta? Danificada
Existe canteiro central? Sim Estado de Conservação: Ruim Largura (m): 3,3 Tipo de inclinação: Elevação
Obstáculo ao Cruzamento: Meio-Fio Estado de Conservação do Obstáculo: Ruim
Faixa de Domínio - Estado de Conservação: Regular Ocupação: Livre
Cerca: Não existe Pista de Rolamento - Estado de Conservação: Regular Tipo: Dupla Qtd. de Faixas: 04
Tipo de Pavimento: Asfalto Perfil: Em nível Traçado: Reta Curva Vertical: Não Existe Superelevação: Não
Superlargura: Não Largura da Pista (m): 24,3 Estreitamento: Não Existe

TEXTO DESCRITIVO DA CONDIÇÃO DA RODOVIA:

HÁ GRANDE BURACO NO ACOSTAMENTO E ACÚMULO DE ÁGUA.

VERIFICAÇÃO DE AUTENTICIDADE NA INTERNET: <http://www.dprf.gov.br>

DATA/HORA DA EXPEDIÇÃO: 22/04/2016 11:38:33
NÚMERO DE CONTROLE: 37e38cb1389d8883

11 DEZ 2018



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
Sistema de Informações Operacionais
BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO

19 DEZ 2018

OCORRÊNCIA: 83454539
Comunicação: C2001952
*** STATUS DA OCORRÊNCIA:** Encerrada

CRMV01

Local Reservado

LEGENDA

Caminhão	Trem
Veículo Trator	Contêiner
Pedestre	Objeto Fixo
Ponto B	Ponto A'
Ponto P	Ponto A
Ponto C	Antes da Colisão
Ônibus	Marca de Frenagem
Animal	Veículo Ausente
Capotagem	Rebolço/Semi-rebolço
Concentração	Triângulo de Amarração
Tombamento	Veículo de 2 ou 3 rodas
Incêndio	Marcha à frente
Local de colisão	Patinação ou Derrapagem
Marcha à ré	Depois da Colisão
Placa de Trânsito	

← LENTOS - ARACAJU/SE → N.º DO SOCORRO/SE →

Latitude do Ponto C: _____ Longitude do Ponto C: _____
 Referência do Ponto A/A': _____ Referência do Ponto B: _____
 Distância AB (m): _____ Distância AC (m): _____ Distância BC (m): _____

VEÍCULO	P1	DISTÂNCIA P1-A (m)	DISTÂNCIA P1-B (m)	P2	DISTÂNCIA P2-A (m)	DISTÂNCIA P2-B (m)

Narrativa da Ocorrência:

CONFORME AVERIGUAÇÕES REALIZADAS NO LOCAL, O VEÍCULO-V1, HONDA-CG 150 FAN ESDI DE PLACA QES-9621/SE, SEGUIA O FLUXO QUANDO VEIO SEU CONDUTOR A PERDER O CONTROLE E TOMBAR SOBRE A PISTA, CONFORME CROQUI. O PNEU TRASEIRO ESTAVA ESTOURADO. VELOCIDADE LIMITE PARA O LOCAL DE 60 KM/H.

VEÍCULOS ENVOLVIDOS

Placa: QES-9621 Sequencial: V1 Descrição: _____ Chassi: 9C2KC1680ER510128 Renavam: 00999992089
 Marca/Modelo: HONDA/CG150 FAN ESDI Cor: PRETA Ano: 2014 Tipo: Motocicletas Emplacamento: NOSSA SENHORA DO
 Ocupantes: 2 Espécie: Passageiro Categoria: Particular
 Proprietário: ANDREIA BATISTA DA SILVA CPF/CNPJ: 044.180.615-50
 Endereço: _____ CEP: -
 Município/UF: _____ Telefones: _____

COMBINAÇÃO DE VEÍCULO DE CARGA

Placa U1: _____ Placa U2: _____ Placa U3: _____ Placa U4: _____
 Origem: NOSSA SENHORA DO SOCORRO/SE - BRASIL Destino: ARACAJU/SE - BRASIL

IRCUNSTÂNCIA DO VEÍCULO

Manobra do Veículo no Acidente: Seguir fluxo Saída de Pista? Não Derrapagem? Não Capotagem? Não Tombamento? Não
 Colisão com Objeto Fixo: Não Houve Colisão com Objeto Móvel: Não Houve Incêndio? Não
 Marcas de Frenagem (m): 0,0 Estado dos Pneus: Estourado

Descrição do Recolhimento: _____

DADOS DA CARGA

Carregamento: _____ Houve Derramamento de Carga? Não Extensão dos Danos: _____ Moeda: Real-R\$
 Valor Total da Carga: R\$0,00 Produto Perigoso: _____
 Descrição da Carga: _____

ENCAMINHAMENTO DO VEÍCULO

Tipo de Receptor: Proprietário Data/Hora da Recepção (hora local): 08/04/2016 07:30 Motivo: Entrega
 Responsável pela Recepção: ANDREIA BATISTA DA SILVA
 Documento do Responsável: 044.180.615-50
 Município/UF: ARACAJU/SE Descrição do Encaminhamento: _____

VERIFICAÇÃO DE AUTENTIFICIDADE NA INTERNET: <http://www.dprf.gov.br>

DATA/HORA DA EXPEDIÇÃO: 22/04/2016 11:38:33
 NÚMERO DE CONTROLE: 37e38cb1389d8893



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
Sistema de Informações Operacionais
BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO

08 DEZ 2016

05 DEZ 2016

OCORRÊNCIA: 83454539
Comunicação: C2001952
* STATUS DA OCORRÊNCIA: Encerrada

ENTREGUE PELO PROPRIETÁRIO A FAMILIAR NO LOCAL

CONDUTOR ENVOLVIDO

Veículo: V10ES-9621
Nome/Apelido: JULIO CEZAR BATISTA DOS SANTOS
Data de Nascimento: 31/12/1987 Sexo: Masculino Estado Civil: Não Informado
Nome do Pai: EDGAR CONCEICAO DOS SANTOS
Nome da Mãe: MARIA JOSE PEREIRA BATISTA
Endereço: RUA DAS HORTENCIAS - NUM. 52 - CON. JARDIM CEP:
Município/UF: NOSSA SENHORA DO Telefones:
Naturalidade:
Nacionalidade: BRASIL Grau de Instrução: Não Informado
CPF: 036.192.515-64 Documento de Identificação: 32066899 Ocupação Principal:
Orgão Expedidor: SSP /SE
Origem: NOSSA SENHORA DO SOCORRO/SE - BRASIL Destino: ARACAJU/SE - BRASIL
Estado Físico: Lesões Leves Socorrido pela PRF? Não Usava Cinto? Não Aplicável Usava Capacete? Sim
Existe Declaração em Anexo? Não Havia Vestígio de Ingestão de Alcool? Não
Transcrição da Declaração:

Condutor é Habilitado? Sim Categoria CNH: AB Registro CNH: 06376618855/SE Primeira Habilitação: 28/05/2015
Validade CNH: 27/05/2016 País CNH:
Dormia? Não Km Percorridos: 10,0 Horas Dirigindo: 00:15
Pertences:
Informações Complementares:

ENCAMINHAMENTO DO CONDUTOR

Tipo de Receptor: SAMU Responsável pela Recepção: ENFERMEIRO
Documento do Responsável: 0 Data/Hora da Recepção (hora local): 08/04/2016 07:30
Município/UF: ARACAJU/SE Motivo: Socorro
Descrição do
ENCAMINHAMENTO AO HOSPITAL JOÃO ALVES FILHO.

VERIFICAÇÃO DE AUTENTICIDADE NA INTERNET: <http://www.dprf.gov.br>

DATA/HORA DA EXPEDIÇÃO: 22/04/2016 11:38:33
NÚMERO DE CONTROLE: 37e38cb1389d8883



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
Sistema de Informações Operacionais
BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO

09 DEZ 2016

09 DEZ 2016

OCORRÊNCIA
Comunicação

* STATUS DA OCORRÊNCIA

B3454530
C2001052
Encerrada

PESSOAS ENVOLVIDAS

Tipo de Envolvido: ☐ Passageiro ☒ Veículo/VÍTIOS-BET /

Nome/Apelido: ANDREIA BATISTA DA SILVA Sexo: ☐ Masculino ☒ Feminino Data de: 08/12/1987

Nome do Pai: MOISÉS PEREIRA DA SILVA

Nome da Mãe: ESTELITA BATISTA

Endereço: R DAS HORTENSIAS, 4B, CON. JARDIM CEP:

Município/UF: NOSSA SENHORA DO Naturalidade: RIO DE JANEIRO/RJ Nacionalidade: BRASIL

CPF: 044.180.815-50 Documento de Identificação: 3228064-3 Órgão Expedidor: SSP/SE Telefones:

Estado Civil: Não Informado Grau de Instrução: Não Informado

Ocupação Principal: Origem: NOSSA SENHORA DO Destino: ARAÇAJU/SE BRASIL

Estado Físico: Lesões Leves Socorrido pela PRF? Não Usava Cinto? Não Aplicador Usava Capacete? Sim

Existe Declaração em Anexo? Não

Transcrição da Declaração:

Pertences:

Informações Complementares:

ENCAMINHAMENTO DO ENVOLVIDO

Tipo de Receptor: SAMU Responsável pela Recepção: ENFERMEIRO

Documento do Responsável: 0 Data/Hora da Recepção (hora local): 08/04/2016 07:30

Município/UF: ARAÇAJU/SE Motivo: Socorro

Descrição do Encaminhamento: ENCAMINHAMENTO AO HOSPITAL JOÃO ALVES FILHO.

VERIFICAÇÃO DE AUTENTICIDADE NA INTERNET: <http://www.spit.gov.br>

DATA/HORA DA EXPEDIÇÃO: 22/04/2016 11:38:33
NÚMERO DE CONTROLE: 37e38cb1389d8883



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
Sistema de Informações Operacionais
BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO

08 DEZ 2016 19:00:00

OCORRÊNCIA:

83454539

Comunicação:

C2001952

* STATUS DA OCORRÊNCIA:

Encerrada

RELATÓRIO DE AVARIAS PARA CLASSIFICAÇÃO DO DANO EM MOTOCICLETAS E ASSEMBLHADOS

Veículo: V1 / HONDA/CG150 FAN ESDI

Placa: OES-9621

Nome do Agente/Assinatura: MARCIO EVERSON TAVARES DE MELO

Nº BOAT: 83454539

Registro/Matrícula do Agente: 1540037

Data: 08/04/2016 07:00



Frete



Traseira



Lateral Esquerda



Lateral Direita

JUSTIFICATIVA

VERIFICAÇÃO DE AUTENTICIDADE NA INTERNET: <http://www.dprf.gov.br>

DATA/HORA DA EXPEDIÇÃO: 22/04/2016 11:38:33

NÚMERO DE CONTROLE: 37e38cb1389d8883



06 DEZ 2016



OCCORRÊNCIA
Comunicação
STATUS DA OCORRÊNCIA

RESOLUÇÃO
DATA/HORA
EXATIDÃO

RELATÓRIO DE AVARIAS PARA CLASSIFICAÇÃO DO DANO EM MOTOCICLETAS E ASSEMBLHADOS

Veículo: V1 / HONDA/CG150 FAN ESDI

Placa: QES 5621

Nome do Agente/Assinatura: MARCIO EVERSON TAVARES DE MELO

Nº BOAT: 834540/99

Registro/Matrícula do Agente: 1540037

Data: 06/12/2016 07:17

Item	Descrição - Componentes Não Estruturais	Valor	SIM	NÃO	NA
1	Guidão, suas fixações e comandos nele instalados	2	/		
2	Sist. de freio dianteiro hidráulico ou mecânico (fixações, mangueiras, cabos, acionamentos, pinças, tambor, disco, etc.)	2		/	
3	Amortecedor(es) tras. (inclusive fixação no chassi)	2		/	
4	Motor e suas fixações	2		/	
5	Eixo do garfo traseiro	2		/	
6	Roda traseira (aro, cubo, raios, flanges, coroa, etc.)	2	/		
7	Eixo da roda dianteira/traseira	2		/	
8	Sist. de freio traseiro hidráulico ou mecânico (fixações, mangueiras, acionamentos, pinça, tambor, disco, pedal, etc.)	2		/	
9	Pedais de apoio do condutor e passageiro	1		/	
10	Bagageiro traseiro deformado (se houver)	1		/	
11	Alça traseira	1	/		
12	Assento (fixação e firmeza)	1		/	
13	Tanque de combustível, tampa do tanque e mangueiras	2		/	
14	Roda dianteira (aro, cubo, raios, flanges, etc.)	2		/	
Descrição - Componentes estruturais					
A	Coluna de direção e mesas sup./inf. (folga anormal, danos)	3		/	
B	Amortecedor(es) dianteiro(s)	3		/	
C	Chassis (deformações, desalinhamentos, rompimentos, etc.)	3		/	
D	Garfo traseiro (deformações, desalinhamentos, rompimentos, etc.)	3		/	
Soma dos pontos de todos os itens assinalados nas colunas "SIM" e "NÃO":					6

CLASSIFICAÇÃO DO DANO DO VEÍCULO

Assinale abaixo o campo que corresponde ao dano do veículo

- ☒ Dano de Pequena Monta: até 16 pontos, somando os pontos de todos os itens assinalados nas colunas "SIM" e "NÃO", desde que não tenham sido danificados nenhum componente estrutural.
- ☐ Dano de Média Monta: acima de 16 pontos, somando os pontos de todos os itens assinalados nas colunas "SIM" e "NÃO", desde que não tenham sido danificados todos os itens componentes estruturais.
- ☐ Dano de Grande Monta: quando tiverem sido assinalados nas colunas "SIM" e "NÃO" três ou mais componentes estruturais, independente do somatório de pontos.

Observações:

Quando o componente estiver danificado, assinalar com um X a coluna SIM

Quando o componente não estiver danificado, ou não existir originalmente, assinalar com um X a coluna NÃO

Caso não tenha sido possível avaliar se o componente foi ou não danificado no acidente, assinalar com um X a coluna NA

SIM = Item danificado no acidente

NÃO = Item não danificado ou Não Existente

NA = Item que não foi possível definir o dano (Não Avaliado)

VERIFICAÇÃO DE AUTENTICIDADE NA INTERNET: <http://www.dprf.gov.br>

DATA/HORA DA EXPEDIÇÃO: 22/04/2016 11:38:33

NÚMERO DE CONTROLE: 37e38cb1389d8883

Rio de Janeiro, 12 de Abril de 2019

**Nº do Pedido do
Seguro DPVAT: 3190262071**

Vítima: JULIO CEZAR BATISTA DOS SANTOS

Data do Acidente: 08/04/2016

Cobertura: INVALIDEZ

Assunto: PEDIDO DO SEGURO DPVAT NEGADO

Senhor(a), JULIO CEZAR BATISTA DOS SANTOS

Após a análise dos documentos apresentados no pedido do Seguro DPVAT, a indenização foi negada, conforme esclarecemos:

Foi verificado que o dano pessoal evoluiu sem sequela definitiva, razão pela qual não foi caracterizada a invalidez permanente coberta pelo Seguro DPVAT.

Uma das coberturas do Seguro DPVAT é o reembolso de despesas médicas e suplementares - DAMS. Caso existam despesas devidamente comprovadas, decorrentes do mesmo acidente e ainda não solicitadas, acesse o nosso site para maiores orientações.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para Você





Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

1ª VARA CÍVEL DE SOCORRO DA COMARCA DE N. SRA. DO SOCORRO
Rua Dr. Manoel dos Passos, Bairro Centro, N. Sra. Do Socorro/SE, CEP 49160000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201988000956

DATA:

10/06/2019

MOVIMENTO:

Conclusão

DESCRIÇÃO:

Nesta data faço o processo eletrônico concluso.

LOCALIZAÇÃO:

Juiz

PUBLICAÇÃO:

Não



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

1ª VARA CIVIL DE SOCORRO DA COMARCA DE N. SRA. DO SOCORRO
Rua Dr. Manoel dos Passos, Bairro Centro, N. Sra. Do Socorro/SE, CEP 49160000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201988000956

DATA:

11/06/2019

MOVIMENTO:

Despacho

DESCRIÇÃO:

DESPACHO Processo nº: 201988000956 R.H. A presunção a que alude o art. 99, § 3º do CPC não é absoluta, cabendo à parte comprovar sua condição de hipossuficiência se o magistrado entender que é devido. Nesse sentido: STJ, AgRg. No AREsp. 136.756/MS: AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO. RECURSO ESPECIAL. GRATUIDADE DE JUSTIÇA. INDEFERIMENTO. VALORAÇÃO DA PROVA. PRETENSÃO. REEXAME. SÚMULA N. 7-STJ. JUNTADA. DOCUMENTOS. IMPOSSIBILIDADE. NAO PROVIMENTO. 1. A presunção de pobreza, para fins de concessão dos benefícios da assistência judiciária gratuita, ostenta caráter relativo, podendo o magistrado investigar a situação do requerente caso entenda que os elementos coligidos aos autos demonstram a capacidade de custeio das despesas processuais. Reapreciação de matéria no âmbito do recurso especial encontra óbice na Súmula 7 do Superior Tribunal de Justiça. Dessa forma, intime-se a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, comprovar a sua impossibilidade no custeio das custas e despesas processuais, juntando aos autos cópia de fatura de Energia com a inclusão da Tarifa Social, comprovação de inclusão em programas sociais do Governo Federal e/ou Estadual, declaração de isento de Imposto de renda, contemporaneidade de gozo do benefício de auxílio-desemprego ou qualquer outro documento idôneo capaz de esclarecer a mencionada impossibilidade, sob pena de ser indeferida a gratuidade de plano, independentemente de nova intimação. Ressalte-se, ainda, que a cópia da CTPS com as páginas em branco não comprovam a situação de insuficiência econômica da parte autora, visto que a mesma pode está exercendo suas atividades laborais de modo informal ou autônomo. Nossa Senhora do Socorro/SE, 17 de junho de 2019.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim



**Poder Judiciário do Estado de Sergipe
1ª Vara Cível de Socorro**

Nº Processo 201988000956 - Número Único: 0004487-17.2019.8.25.0053

Autor: JULIO CESAR BATISTA DOS SANTOS

Réu: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT

Movimento: Despacho >> Mero Expediente

DESPACHO

Processo nº: 201988000956

R.H.

A presunção a que alude o art. 99, § 3º do CPC não é absoluta, cabendo à parte comprovar sua condição de hipossuficiência se o magistrado entender que é devido. Nesse sentido:

STJ, AgRg. No AREsp. 136.756/MS: "AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO. RECURSO ESPECIAL. GRATUIDADE DE JUSTIÇA. INDEFERIMENTO. VALORAÇÃO DA PROVA. PRETENSÃO. REEXAME. SÚMULA N. 7-STJ. JUNTADA. DOCUMENTOS. IMPOSSIBILIDADE. NAO PROVIMENTO. 1. A presunção de pobreza, para fins de concessão dos benefícios da assistência judiciária gratuita, ostenta caráter relativo, podendo o magistrado investigar a situação do requerente caso entenda que os elementos coligidos aos autos demonstram a capacidade de custeio das despesas processuais. Reapreciação de matéria no âmbito do recurso especial encontra óbice na Súmula 7 do Superior Tribunal de Justiça".

Dessa forma, intime-se a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, comprovar a sua impossibilidade no custeio das custas e despesas processuais, juntando aos autos **cópia de fatura de Energia com a inclusão da Tarifa Social, comprovação de inclusão em programas sociais do Governo Federal e/ou Estadual, declaração de isento de Imposto de renda, contemporaneidade de gozo do benefício de auxílio-desemprego ou qualquer outro documento idôneo capaz de esclarecer a mencionada impossibilidade, sob pena de ser indeferida a gratuidade de plano, independentemente de nova intimação.**

Ressalte-se, ainda, que a cópia da CTPS com as páginas em branco não comprovam a situação de insuficiência econômica da parte autora, visto que a mesma pode está exercendo suas atividades laborais de modo informal ou autônomo.

Nossa Senhora do Socorro/SE, 10 de junho de 2019.



Documento assinado eletronicamente por **Maria Diorlanda Castro Nobrega, Juiz(a) de 1ª Vara Cível de Socorro, em 11/06/2019, às 12:15:36**, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante preenchimento do número de consulta pública **2019001456943-86**.



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

1ª VARA CÍVEL DE SOCORRO DA COMARCA DE N. SRA. DO SOCORRO
Rua Dr. Manoel dos Passos, Bairro Centro, N. Sra. Do Socorro/SE, CEP 49160000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201988000956

DATA:

12/06/2019

MOVIMENTO:

Certidão

DESCRIÇÃO:

Anotação de prazo.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

1ª VARA CIVIL DE SOCORRO DA COMARCA DE N. SRA. DO SOCORRO
Rua Dr. Manoel dos Passos, Bairro Centro, N. Sra. Do Socorro/SE, CEP 49160000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201988000956

DATA:

27/06/2019

MOVIMENTO:

Juntada

DESCRIÇÃO:

Juntada de Emenda da Inicial realizada nesta data. {Movimento Gerado pelo Advogado: SANDRELY LISLEY RODRIGUES DOS SANTOS - 11468}

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



SANDRELY LISLEY RODRIGUES DOS SANTOS

Advocacia e consultoria jurídica

EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DA 1º VARA CÍVEL DE
NOSSA SENHORA DE SOCORRO/SE

Processo nº 201988000956

JULIO CESAR BATISTA DOS SANTOS, já qualificado nos autos em epígrafe, no qual demanda em desfavor da SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT, também já qualificada, vem, por conduto de sua Advogada e Procuradora que esta subscreve, à presença de Vossa Excelência expor e requerer o que se segue:

01. O Requerente não possui condições financeiras para arcar com as custas do processo em epígrafe, em razão disso, requereu na Inicial a justiça gratuita nos moldes da Lei 1.060/50 e 7.510/86, juntando para tanto a Declaração de hipossuficiente. No entanto, o Nobre Magistrado formulou despacho publicado no dia 12/06/2019, requerendo que o Autor juntasse aos autos, comprovantes de renda, bem como dos seus gastos mensais.

02. Diante disso, em resposta ao despacho, o Autor vem juntar aos autos, as faturas com seus gastos mensais e a declaração do INSS, tudo em anexo, no mesmo sentido, o Autor também vem requerer a Emenda da Inicial para constar que por conta do acidente de trânsito sofrido pelo Requerente, o mesmo ficou incapacitado e passou a receber o auxílio doença, tendo como base salarial apenas um salário mínimo. Sendo assim, o Autor não tem como arcar com as custas do presente processo sem prejuízo da própria subsistência e de sua família.

03. Frisa-se, que atualmente o Requerente mora com seu pai, precisando para tanto ajudar com os gastos diários de aluguel, luz, alimentação e etc, conforme contas em anexo, que encontram-se em nome de seu genitor, além do mais, o Requerente também contribui com o sustento do seu filho menor, no qual paga colégio e plano de saúde, conforme certidão de nascimento e comprovantes de pagamentos em anexo.

04. Por todo o exposto, o Autor requer que seja deferido o pedido de justiça gratuita formulado na Exordial.

J. autos;

NESTES TERMOS,

PEDE DEFERIMENTO.

Aracaju/SE, 27 de junho de 2019.

SANDRELY LISLEY RODRIGUES DOS SANTOS
OAB/SE 11.468

**DESO**

SEDE: Rua Campos do Jordão, 855, 13 de Julho, Sorocaba/SP, 13506-200
 CEP: 13506-200 - Fone: (13) 321-1000

FATURA MENSAL
Matrícula
586763.0
EDGAR CONCEICAO DOS SANTOS
RUA DAS HORTENCIAS-CJ JARD 1, 52, POV PALESTINA D FORA, 49160-000

037002/00002

04/06/2019

A12A003480

RES: 1

HISTORICO DE CONSUMO

Leit. Anterior 624
 Leit. Atual 630
 Consumo Faturado (m3) 10
 Média de consumo (m3) 6
 Ocorrência da Leitura
 Data da Leit. Anterior 07/05/19
 Dias de Consumo 28
 Média diária (m3) 0.21
 Previsão para Próx. Leit. 04/07/19
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

REF.	(m3)
05/19	00007
04/19	00007
03/19	00008
02/19	00006
01/19	00007
12/18	00005

PREVISÃO DE TRIBUTOS (R\$)
COFINS: 2.93 PASEP: 0.64

Serviços**AGUA****ESGOTO****OBO MULTA P/IMPONTUALIDADE**

0101 05/2019

Valor

37,74

0,00

0,75

Mês Referência

06/2019

VENCIMENTO: 11/06/2019**TOTAL A PAGAR R\$**

38,49

Declaramos que as faturas de consumo de água e esgoto, da presente matrícula, relativas a 2018 foram pagas. Esta certidão não abrange parcelas vincendas e serviços a cobrar.

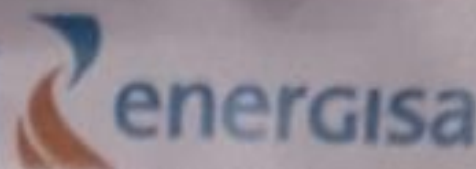
A falta de pagamento dessa fatura 30 (trinta) dias após seu vencimento implicará na interrupção do fornecimento de serviços - art 91, Decreto Lei nº 27.565/2010.

CANAIS DE ATENDIMENTO: 0800 079 0195 – SAC: 4020-0195
AGÊNCIA VIRTUAL: www.deso-se.com.br/agenciavirtual

Qualidade da Água Distribuída (Decreto Federal nº 5.440/2005 – Art.5º inciso I)

Parâmetro	Turbidez	Cor	Cloro	Fúor	Coliformes Totais	Escherichia Coli
6º Mínimo de Amostras Exigidas	105	10	105		105	
10º de Amostras Analisadas	122	122	122		122	122
12º Índice de Qualidade em Conformidade com Padrão	117	119	116		120	120

EDGAR CONCEICAO DOS SANTOS
RUA DAS HORTENCIAS 48/LOT POA DE MAIO - JARDIM
NOSSA SENHORA DO SOCORRO FLECEP 41160011(A3-20)



Ligação MONOFÁSICO
Clas/Soc RES MTC B1/RESIDENCIAL - RESIDENCIAL
Roteiro 18-20-817-3200 Referência Mai/2019
Medidor E5018491990 Emissão 24/05/2019

ENERGISA SERGIPE DISTRIB ENERGIA SA
Rua Mirapólis Saneamento, 87 - Imbuí Barba
Aracaju/SE - CEP 49040-150
CNPJ 13.017.462/0001-43 Ins. Est 372.767.406
Nota Fiscal/Conta de Energia Elétrica Nº 13.018.015
Cód. para Dis. Automática: 00009275918

Atendimento ao Cliente ENERGISA **08000 79 0196** Acesse: www.energisa.com.br

Conta referente a	Apresentação	Data prevista da próxima leitura	CPF/ CNPJ/ RANI
Mai / 2019	24/05/2019	26/06/2019	141.914.666-34

UC (Unidade Consumidora):

3/927591-8

Média últimos meses (kWh)

202

VENCIMENTO

16/06/2019

TOTAL A PAGAR

R\$ 188,08

Histórico de Consumo (kWh)

220 | 193 | 201 | 174 | 160 | 226 | 229 | 221 | 257 | 249 | 270 | 230
Mai/18 Jun/18 Jul/18 Ago/18 Set/18 Out/18 Nov/18 Dez/18 Jan/18 Fev/18 Mar/18 Abr/18

RESERVADO AO FISCO

1.4c0.807d.1328.f8e5.4bab.a5cc.544e.f5d2.

Indicadores de Qualidade

Composição do Consumo

	Limites da ANEEL	Apurado	Limite de Tensão (V)
ÍNDICE MENSAL	4,95	0,00	NOMINAL 127
ÍNDICE TRIMESTRAL	9,91		
ÍNDICE ANUAL	19,82		
ÍNDICE MENSAL	3,30	0,00	CONTRATADA LIMITE INFERIOR 117 LIMITE SUPERIOR 133
ÍNDICE TRIMESTRAL	9,90		
ÍNDICE ANUAL	13,20		
ÍNDICE MENSAL	2,77	0,00	
ÍNDICE ANUAL	12,22		

Discriminação	Valor (R\$)	%
Serviços de Dist. da Energia/SE	41,15	21,87
Compra de Energia	58,74	31,23
Serviço de Transmissão	4,00	2,13
Encargos Setoriais	9,23	4,96
Impostos Diretos e Encargos	75,96	40,39
Outros Serviços	0,00	0,00
Total	188,08	100,00

Valor do EUSD (Ref 3/2019) R\$ 72,78

ATENÇÃO

- Problemas na iluminação Pública ligue para 4141-6677 ou 99655-9377 - WhatsApp
Reajuste Tarifário-Vigência 22/04/19-Resol. ANEEL nº2.531-Baixa Tensão 3,33% Médio
Reajuste Tarifário-Vigência 22/04/19-Resol. ANEEL nº2.531-Alta Tensão 1,94% Médio

Faturas em atraso

DECLARAÇÃO

Declaramos que CONSTA no Sistema Único de Benefícios, nesta data, a concessão do(s) seguinte(s) benefício(s) que possuam como titular o CPF nº 036.192.515-84 pertencente a JULIO CEZAR BATISTA DOS SANTOS:

Número do Benefício	Situação	Espécie	Último Pgto.	Início	Cessação
616.299.018-8	ATIVO	AUXILIO-DOENÇA POR ACIDENTE DE TRABALHO	R\$ 998,00	24/10/2016	06/05/2019

*Último Pgto: Refere-se ao valor atualizado da renda mensal inicial, reajustado pelos índices de correção monetária.

Brasília, DF, 09/05/2019



RENATO RODRIGUES VIEIRA
Presidente do INSS



Você pode conferir a autenticidade do documento em
<https://meu.inss.gov.br/central/#/autenticidade>
com o código 1905098C1HPQ30

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REGISTRO CIVIL DE PESSOAS NATURAIS

CERTIDÃO DE NASCIMENTO

NOME
KAUAN VINÍCIUS SILVA DOS SANTOS

NATURALIDADE
110742 01 55 2010 1 00106 225 0058735 03

DATA DE NASCIMENTO POR EXTENSO
Seis de outubro de dois mil e dez

HORA NASC
17h35min

MUNICÍPIO DE NASCIMENTO E UNIDADE DE FEDERAÇÃO
Aracaju/SE

MUNICÍPIO DE REGISTRO E UF
Aracaju/SE

LUGAR DE NASCIMENTO
No Hospital Santa Isabel,
nesta cidade Aracaju/SE

SEX
Masc

RELACÃO
JULIO CESAR BATISTA DOS SANTOS, natural de Aracaju/SE e
ANDREIA BATISTA DA SILVA, natural de Rio de Janeiro/RJ

PAIS
EDGAR CONCEIÇÃO DOS SANTOS e MARIA JOSÉ PEREIRA BATISTA
(paternos) e MOISES PEREIRA DA SILVA e ESTELITA BATISTA
(maternos)

CÔNUGOS
Não

NOME E NATURALIDADE DOS CÔNUGOS
Nada consta.

DATA DE REGISTRO POR EXTENSO
Oito de outubro de dois mil e dez

Nº DT
30-052930711-3

OBSERVAÇÕES / AVERBAÇÕES
Ato registrado no livro A-106, às folhas 225, sob o nº
58735. VALIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE

O conteúdo da certidão é verdadeiro,
Aracaju/SE, 4 de abril de 2012

NOME DO OFICIAL

Leônia Gama de Oliveira - 6º Ofício de Aracaju/SE

OFICIAL REGISTRADOR

Leônia Gama de Oliveira

MUNICÍPIO/UF

Aracaju/SE

ENDEREÇO

Rua Itabaiana, nº 177
Centro

SILVÂNIA ALVES DA SILVA

ESCREVENTE AUTORIZADA



CAIXA ECONOMICA FEDERAL

QUINA: sorteios de segunda-feira a sábado, às

168-706254423-0

17/JUN/2019

HORA DE 11:15:43

LOT. 22.012646-1

TERM 011161

LOCALIDADE: ARACAJU

AG. VINCULADA: 1045

COMPROVANTE PAGAMENTO DE
BOLETO CAIXA

INST. EMISSORA: CAIXA ECONOMICA FEDERAL

BANCO RECEBEDOR: CAIXA ECONOMICA FEDERAL

LINHA DIGITAVEL DO CODIGO DE BARRAS

1049455536

41000100044

00204803621 9 79260000015529

BENEFICIARIO

NOME FANTASIA: PLANED PLANO DE ASSISTENCIA

TIPO SOCIAL: PLANED PLANO DE ASSISTENCIA

CNPJ: 15.594.468/0001-29

PAGADOR

NOME: ANDREIA BATISTA DA SILVA

CPF: 044.180.615-50

DATA DE VENCIMENTO:

20/JUN/2019

DATA DE PAGAMENTO:

17/JUN/2019

VALOR NOMINAL:

155,29

JUROS:

0,00

IOF:

0,00

MULTA:

0,00

DESCONTO:

7,76

ABATIMENTO:

0,00

VALOR CALCULADO:

147,53

VALOR DO PAGAMENTO:

147,53

TIPO DE PAGAMENTO: ESPECIE

AUTENTICAÇÃO

168-706254423-0

VIA DO CLIENTE

Prezado cliente,

Conforme autorizado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, os contratos dos planos individuais e familiares com aniversários entre Maio/2018 a Abril/2019 serão reajustados da seguinte forma e condição:

1. **Ofício GEAR Autorizativo nº 12/2018/GEFAP/GGREP/DIPROP/ANS.**
2. **O Índice de Reajuste Autorizado é de 10% (dez) por cento.**
3. **O nome, registro e código do seu plano estão descritos abaixo.**
4. **A sua data base corresponde ao mês de inscrição ou contratação do plano.**
5. **O mês do próximo reajuste do seu plano está previsto para o mesmo mês da data base do ano seguinte à aplicação efetiva do presente reajuste.**
6. **Conforme autorizado, será cobrado nas faturas de Setembro, Outubro, Novembro e Dezembro de 2018, inclusive, a diferença do reajuste retroativo devido nos contratos com data base em Maio, Junho, Julho e Agosto de 2018.**

Autenticação Mecânica

Beneficiário: PLAMED PLANO DE ASSISTENCIA MEDICA LTDA
CNPJ: 15.594.468/0001-29

Titular/Pagador: KALIAN VINICIUS SILVA DOS SANTOS
Responsável: ANDREIA BATISTA DA SILVA

CPF / CNPJ: 044.180.815-50
CPF / CNPJ: 044.180.815-50

Contrato:	Data da inscrição:	Plano:			Vencimento:
00000000092411	18/10/2017	473838151-EXCLUSIVE CO-PARTICIP	I	ENF SEM	20/06/2019
Banco:	Agência / Cód. Beneficiário:	Nosso Número:	Valor Do Documento:		
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	2175/455534-1	14/000000002048036-4	156,26		



UNICURSO ENSINO LTDA.

C.N.P.J. 32.859.738/0001-03

RUA ARAUÁ 344 - CENTRO - TELS: (79) 3179-4949 / 3179-4944
RUA SANTA CATARINA, 297 - SIQ. CAMPOS - TELS.: (79) 3179-4950 / 3179-4948
ARACAJU - SERGIPE

Nº 000522

RECIBO

R\$ 225,00

RECEBEMOS DE Kauan Vinicius Silva dos Santos

A IMPORTÂNCIA DE 225,00 ()

PROVENIENTE DE mens do mês 06 / 2019

ARACAJU-SE, 17 DE junho DE 2019



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

1ª VARA CÍVEL DE SOCORRO DA COMARCA DE N. SRA. DO SOCORRO
Rua Dr. Manoel dos Passos, Bairro Centro, N. Sra. Do Socorro/SE, CEP 49160000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201988000956

DATA:

27/06/2019

MOVIMENTO:

Conclusão

DESCRIÇÃO:

Nesta data faço o processo eletrônico concluso.

LOCALIZAÇÃO:

Juiz

PUBLICAÇÃO:

Não



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

1ª VARA CIVIL DE SOCORRO DA COMARCA DE N. SRA. DO SOCORRO
Rua Dr. Manoel dos Passos, Bairro Centro, N. Sra. Do Socorro/SE, CEP 49160000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201988000956

DATA:

30/06/2019

MOVIMENTO:

Despacho

DESCRIÇÃO:

DESPACHO Processo nº: 201988000956 R.H. Nos termos do artigo 98, caput do Código de Processo Civil, DEFIRO o pedido de benefício da gratuidade da Justiça, formulado pela parte autora. Frise-se que a concessão da gratuidade afasta, tão somente, o adiantamento das custas processuais, o que não exime da responsabilidade pelo pagamento das verbas de sucumbência, que ficará sob condição suspensiva, com assento no artigo 98, §§ 2º e 3º, do Código de Processo Civil. Designo com base nos artigos 3º, §2º do CPC, audiência de conciliação para o dia 02 de agosto de 2019, às 11:00 horas, a ser realizada no CEJUSC Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania localizado no 1º andar deste Fórum Des. Artur Oscar de Oliveira Déda/ Nossa Senhora do Socorro. CITE(M)-SE o(s) réu(s) para comparecer em audiência, com procurador devidamente constituído, e com antecedência mínima de 20 (vinte) dias da assentada, nos termos do artigo 334, §9º, do Código de Processo civil. Frise-se que o desinteresse na autocomposição deve ser apresentado expressamente, por meio de petição, com 10 (dez) dias de antecedência da data de audiência (artigo 334, §5º, do CPC), e, neste caso, o prazo para oferecer contestação se inicia nos moldes do artigo 335, II do CPC. INTIME-SE a parte autora para audiência por meio de seu advogado, com assento no 334, §3º, do CPC. Por fim, ADVIRTO que o não comparecimento injustificado da parte autora ou do réu à audiência designada é considerado ato atentatório a dignidade da justiça, com a aplicação da sanção prevista no artigo 334, §8º, do CPC. Nossa Senhora do Socorro(SE), 28 de junho de 2019.

Designo o dia 02/08/2019 às 11h:00min para que seja realizada audiência Conciliação.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim



Poder Judiciário do Estado de Sergipe
1ª Vara Cível de Socorro

Nº Processo 201988000956 - Número Único: 0004487-17.2019.8.25.0053

Autor: JULIO CESAR BATISTA DOS SANTOS

Réu: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT

Movimento: Despacho >> Concessão >> Assistência Judiciária Gratuita

DESPACHO

Processo nº: 201988000956

R.H.

Nos termos do **artigo 98, caput do Código de Processo Civil, DEFIRO o pedido de benefício da gratuidade da Justiça, formulado pela parte autora**. Frise-se que a concessão da gratuidade afasta, tão somente, o adiantamento das custas processuais, o que não exime da responsabilidade pelo pagamento das verbas de sucumbência, que ficará sob condição suspensiva, com assento no **artigo 98, §§ 2º e 3º, do Código de Processo Civil**.

Designo com base nos **artigos 3º, §2º do CPC, audiência de conciliação para o dia 02 de agosto de 2019, às 11:00 horas, a ser realizada no CEJUSC – Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania localizado no 1º andar deste Fórum Des. Artur Oscar de Oliveira Déda/ Nossa Senhora do Socorro**.

CITE(M)-SE o(s) réu(s) para comparecer em audiência, com procurador devidamente constituído, e com antecedência mínima de 20 (vinte) dias da assentada, nos termos do **artigo 334, §9º, do Código de Processo civil**. Frise-se que o desinteresse na autocomposição deve ser apresentado expressamente, por meio de petição, com 10 (dez) dias de antecedência da data de audiência (**artigo 334, §5º, do CPC**), e, neste caso, o prazo para oferecer contestação se inicia nos moldes do **artigo 335, II do CPC**.

INTIME-SE a parte autora para audiência por meio de seu advogado, com assento no **334, §3º, do CPC**.

Por fim, **ADVIRTO** que o não comparecimento injustificado da parte autora ou do réu à audiência designada é considerado ato atentatório a dignidade da justiça, com a aplicação da sanção prevista no **artigo 334, §8º, do CPC**.

Nossa Senhora do Socorro(SE), 28 de junho de 2019.



Documento assinado eletronicamente por **Eneida Lupinacci Costa, Juiz(a) de 1ª Vara Cível de Socorro, em 30/06/2019, às 22:22:59**, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante preenchimento do número de consulta pública **2019001611321-05**.



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

1ª VARA Cível DE SOCORRO DA COMARCA DE N. SRA. DO SOCORRO
Rua Dr. Manoel dos Passos, Bairro Centro, N. Sra. Do Socorro/SE, CEP 49160000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201988000956

DATA:

01/07/2019

MOVIMENTO:

Certidão

DESCRIÇÃO:

Expedição de carta AR 201988003143.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

1ª VARA CIVIL DE SOCORRO DA COMARCA DE N. SRA. DO SOCORRO
Rua Dr. Manoel dos Passos, Bairro Centro, N. Sra. Do Socorro/SE, CEP 49160000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201988000956

DATA:

01/07/2019

MOVIMENTO:

Expedição de Documento

DESCRIÇÃO:

Mandado de número 201988003143 do tipo (NCPC) - Mandado Citação e Intimação - Procedimento Comum - audiência [TM4145,MD150]

{Destinatário(a): SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT}

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE
1ª Vara Cível de Socorro
R. Manoel Passos, Fórum Arthur Oscar de O. Deda
Bairro - Centro Cidade - N. Sra. do Socorro
Cep - 49160000 Telefone - (79)3279-3400

Normal



201988003143

PROCESSO: 201988000956 (Eletrônico)
NÚMERO ÚNICO: 0004487-17.2019.8.25.0053
NATUREZA: Procedimento Comum
REQUERENTE: JULIO CESAR BATISTA DOS SANTOS
REQUERIDO: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT

CARTA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO

Prezado(a) Senhor(a),

Através da presente, fica Vossa Senhoria **CITADO(A)** para a audiência de Conciliação ou de Mediação na forma do Art. 334, para a finalidade abaixo transcrita.

Finalidade: Comparecer a este Juízo para audiência de Conciliação ou de Mediação, de acordo com Arts. 334 e 344 do CPC. Não havendo autocomposição, o prazo para a contestação, 15 (quinze) dias, será contado na forma do Art. 335 do CPC. Fica advertido(a) que deverá comparecer a referida audiência acompanhado(a) de advogado(a) ou defensor(a) público(a).

Despacho: DESPACHO Processo nº: 201988000956 R.H. Nos termos do artigo 98, caput do Código de Processo Civil, DEFIRO o pedido de benefício da gratuidade da Justiça, formulado pela parte autora. Frise-se que a concessão da gratuidade afasta, tão somente, o adiantamento das custas processuais, o que não exime da responsabilidade pelo pagamento das verbas de sucumbência, que ficará sob condição suspensiva, com assento no artigo 98, §§ 2º e 3º, do Código de Processo Civil. Designo com base nos artigos 3º, §2º do CPC, audiência de conciliação para o dia 02 de agosto de 2019, às 11:00 horas, a ser realizada no CEJUSC Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania localizado no 1º andar deste Fórum Des. Artur Oscar de Oliveira Deda/ Nossa Senhora do Socorro. CITE(M)-SE o(s) réu(s) para comparecer em audiência, com procurador devidamente constituído, e com antecedência mínima de 20 (vinte) dias da assentada, nos termos do artigo 334, §9º, do Código de Processo civil. Frise-se que o desinteresse na autocomposição deve ser apresentado expressamente, por meio de petição, com 10 (dez) dias de antecedência da data de audiência (artigo 334, §5º, do CPC), e, neste caso, o prazo para oferecer contestação se inicia nos moldes do artigo 335, II do CPC. INTIME-SE a parte autora para audiência por meio de seu advogado, com assento no 334, §3º, do CPC. Por fim, ADVIRTO que o não comparecimento injustificado da parte autora ou do réu à audiência designada é considerado ato atentatório a dignidade da justiça, com a aplicação da sanção prevista no artigo 334, §8º, do CPC. Nossa Senhora do Socorro(SE), 28 de junho de 2019.

Designo o dia 02/08/2019 às 11h:00min para que seja realizada audiência Conciliação.

Data e horário da audiência: 02/08/2019 às 11:00:00, **Local:** CEJUSC - Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania localizado no 1º andar deste Fórum Des. Artur Oscar de Oliveira Deda/ Nossa Senhora do Socorro.

Advertência: O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado.

Qualificação da parte ré:

Nome: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT
Residência: Rua Senador Dantas, (5º Andar), 74
Bairro: Centro
CEP: 20031205
Cidade: Rio de Janeiro - RJ - RJ

Ilmº (a) Sr(a)

Nome: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT

Residência: Rua Senador Dantas, (5º Andar), 74

Bairro: Centro

CEP: 20031205

Cidade: Rio de Janeiro - RJ - RJ

[TM4145, MD150]



Documento assinado eletronicamente por **REINALDO CARVALHO GIL**, **Escrivão/Chefe de Secretaria/Secretário/Subsecretário de 1ª Vara Cível de Socorro**, em **01/07/2019**, às **13:51:55**, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante preenchimento do número de consulta pública **2019001622149-84**.